

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO E CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, EM OBEDIÊNCIA AO ARTIGO 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, DE 04 DE MAIO DE 2000, ATENDENDO AINDA, AO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 9º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REALIZADA NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAHU, ÀS 10:00 HORAS DO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2018, a qual esteve sob

a Presidência do Vereador Fábio Eduardo de Souza, Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia. Registrada a presença do Vereador Agente Américo Cato. Presentes ainda, funcionários da Secretaria Municipal de Economia e Finanças, demais servidores municipais, assessores parlamentares, profissionais da imprensa e público presente, conforme lista de presença anexa. Iniciando os trabalhos o Vereador Fábio Eduardo de Souza, Presidente desta Sessão Pública, convidou o senhor Lúcio José Fiorelli, Gerente de Orçamento e Finanças, para tornar público o Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais do 3º trimestre de 2017. O senhor Lúcio José Fiorelli iniciou a sua explanação invocando o artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo objetivo precípuo é o de evitar déficits e reduzir dívidas. Enfatizou, que o objetivo da presente Audiência seria o de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, dos resultados econômicos, financeiros e orçamentários relativos ao 3º trimestre do exercício de 2017. Prosseguiu dizendo, que na composição dos resultados seguidamente relatados, estavam inclusos os dados dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta, ou seja, contidas as receitas, as despesas, dentre outros aspectos financeiros do município de Jahu, da Câmara Municipal de Jahu, da Agência Reguladora – SAEMJA e do Instituto de Previdência do Município de Jahu. Ato contínuo, o representante do Poder Executivo passou a tecer considerações acerca da demonstração dos resultados. Foi apresentado gráfico da receita prevista (LOA) versus a receita arrecadada no 3º trimestre de 2017, sendo a primeira da ordem de R\$ 406.940.000,00 e a segunda de R\$ 354.488.322,74, o que perfaz 87% da previsão total de arrecadação. Em seguida, foi apresentado o quadro comparativo da receita arrecadada no 3º trimestre de 2016 versus a receita arrecadada no 3º trimestre de 2017. Nesse, verificou-se que em 2017 houve um decréscimo de 1,36%; a receita em 2016 no período foi da ordem de R\$ 359.377.445,48 e no mesmo período no ano de 2017 foi de R\$ 354.488.322,74, perfazendo uma variação negativa equivalente a R\$ 4.889.122,74. Em seguida, foi apresentado detalhamento mensal - comparativo da receita arrecadada em 2016 e 2017, com apontamento de frustração de receita mais acentuada nos meses de abril, novembro de dezembro de 2017: janeiro/2016 R\$ 32.965.180,97 e janeiro/2017 R\$ 31.555.970,95; fevereiro/2016 R\$ 28.655.851,16 e fevereiro/2017 R\$ 24.892.122,37; março/2016 R\$ 31.086.991,14 e março/2017 R\$ 31.233.185,75; abril/2016 R\$ 29.385.167,52 e abril/2017 R\$ 23.845.621,04; maio/2016 R\$ 44.484.038,61 e maio/2017 R\$ 46.697.446,07; junho/2016 R\$ 26.260.350,77 e junho/2017 R\$ 24.816.164,07; julho/2016 R\$ 25.602.167,35 e julho/2017 R\$ 26.394.487,82; agosto/2016 R\$ 25.072.319,00 e agosto/2017 R\$ 26.051.766,55; setembro/2016 R\$ 22.791.673,17 e setembro/2017 R\$ 26.732.479,82; outubro/2016 R\$ 25.480.543,71 e outubro/2017 R\$ 30.838.677,20; novembro/2016 R\$ 29.083.342,80 e novembro/2017 R\$ 23.943.641,49; dezembro/2016 R\$ 38.509.819,29 e dezembro/2017 R\$ 37.486.759,61. Também foram apresentadas as principais receitas do exercício de 2017, a saber: ICMS – R\$ 66.421.345,95 – 18,74%; IPI – R\$ 478.286,54 – 0,13%; FPM – R\$ 62.208.245,99 – 17,55%; FUNDEB – R\$ 47.318.326,61 – 13,35%; IRRF – R\$ 6.018.678,24 – 1,70%; IPTU – R\$ 34.526.727,29 – 9,74%; ISSQN – R\$ 20.638.258,25 – 5,82%; Dívida Ativa – R\$ 10.680.960,14 – 3,01%; IPVA – R\$ 24.325.198,78 – 6,86%; Taxas – R\$ 13.310.858,17 – 3,75%; ITBI – R\$ 5.416.242,29 – 1,53%; Receitas de Contribuições – R\$ 6.683.024,55 – 1,89%; Receita de Capital – R\$ 7.400.554,79 – 2,09%; ITR – R\$ 1.026.465,37 – 0,29%; e, Receitas Diversas – R\$ 48.035.149,78 – 13,55%, totalizando R\$ 354.488.322,74. Ato contínuo, foi apresentado gráfico comparativo da despesa empenhada de 2016 versus a despesa empenhada de 2017: a primeira da ordem de R\$ 358.357.722,93, e, a segunda da ordem de R\$ 361.304.590,00. Comparando com a despesa empenhada acumulada no mesmo período de 2016, verificou-se um aumento de empenhos no exercício de 2017 de 0,82%, equivalente a R\$ 2.946.867,07. Em seguida, foi apresentado o comparativo da despesa líquida de 2016 versus a despesa líquida de 2017: a primeira da ordem de R\$ 358.197.354,18, e, a segunda, da ordem de R\$ 358.761.501,47. Comparando com a despesa líquida acumulada no mesmo período de 2016, verificou-se um aumento da despesa no exercício de 2017 de 0,16%, equivalente a R\$ 564.147,29. Após, foram apresentadas as principais despesas por função de Governo: Educação – 26,13% - R\$ 94.417.861,10; Saúde – 36,70% - R\$ 132.597.608,18; Administração – 6,34% - R\$ 22.905.651,82; Assistência Social – 2,70% - R\$ 9.768.829,22; Legislativa – 1,68% - R\$ 6.061.390,50; Meio Ambiente – 0,29% - R\$ 1.044.365,72; Urbanismo – 9,23% - R\$ 33.333.159,39; Encargos Especiais – 10,22% - R\$ 36.916.650,25; Previdência Social – 3,40% - R\$ 12.292.521,38; e, Outras – 3,31% - R\$ 11.966.552,44, perfazendo um total de R\$ 361.304.590,00. Na sequência, foi apresentado gráfico das despesas com ações de Saúde (custeadas com recursos próprios) com valor empenhado, liquidado e efetivamente pago, respectivamente de R\$ 79.608.180,80; R\$ 79.464.988,45; e, R\$ 70.995.590,77. Já as despesas com ações de Saúde (custeadas com recursos vinculados) tiveram valor empenhado, liquidado e pago, respectivamente de R\$ 52.989.427,38, R\$ 52.689.712,81 e R\$ 52.274.977,49. A aplicação acumulada em ações de Saúde foi de R\$ 132.597.608,18. O senhor Lúcio José Fiorelli informou ainda que, com base na receita de impostos e transferência de impostos no valor de R\$ 225.066.317,77, a aplicação mínima obrigatória de 15%, equivalente a R\$ 33.759.947,67 foi superada. Foram aplicados 35,30% de recursos próprios em ações de Saúde com base na despesa liquidada,

correspondendo ao total de R\$ 79.464.988,45. Em seguida, foram apresentados os gráficos das despesas com ações de Ensino (recursos próprios) com percentual empenhado, liquidado e efetivamente pago, respectivamente de 27,19% - R\$ 62.602.835,83; 27,19% - R\$ 62.600.035,83; e, 25,24% - R\$ 58.114.797,84. Do mesmo modo, com base na receita de impostos e transferência de impostos no valor de R\$ 230.219.658,57, a aplicação mínima obrigatória de 25%, equivalente a R\$ 57.554.914,64 também foi superada. Foram aplicados 27,19% no Ensino com base na despesa liquidada, correspondendo ao total de R\$ 62.600.035,83. O valor empenhado, liquidado e pago, respectivamente, com recursos do FUNDEB foi de 99,99% - R\$ 47.494.259,96; 99,99% - R\$ 47.494.259,96; e, 94,71% - R\$ 44.984.651,61. A arrecadação do FUNDEB foi da ordem de R\$ 47.496.427,53. O representante do Poder Executivo enfatizou também que a determinação normativa é de que do valor total arrecadado deva ser aplicado o percentual mínimo de 95%, e o foi na ordem de 99,99%. Teceu considerações também acerca de outro princípio, de que do valor total arrecadado, deva ser aplicado o percentual mínimo de 60% com despesas do magistério, e o foi na ordem de 79,34%. O Gerente de Orçamento e Finanças, senhor Lúcio José Fiorelli, salientou ainda, que o recurso do FUNDEB está sendo alocado integralmente no pagamento dos salários dos profissionais do magistério e grupo de apoio, bem como nos encargos patronais. A seguir passou-se à demonstração do quadro comparativo das despesas com pessoal nos exercícios de 2016 e de 2017. No exercício de 2016 a receita corrente líquida foi de R\$ 336.440.656,57 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 136.392.725,90, equivalente a 40,54%. No exercício de 2017 a receita corrente líquida foi de R\$ 346.807.994,13 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 141.388.446,81, equivalente a 40,77%, sendo certo que, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite máximo de gasto com pessoal é de 54% (art. 20), o limite prudencial é de 51,30% (art. 22), e, o resultado consolidado para o município de Jahu foi de 40,77%. Prosseguindo os trabalhos da Audiência Pública, foram apresentados os dados da dívida consolidada líquida. Com base na receita corrente líquida de R\$ 346.807.994,13, o limite legal seria de R\$ 416.169.592,96, ou seja, 120% sobre o valor da receita corrente líquida. Entretanto, a dívida consolidada líquida em 31/12/2017 correspondeu a 16,46% da receita corrente líquida, equivalente ao valor de R\$ 57.070.761,52. Finalizada a explanação, o Gerente de Orçamento e Finanças, senhor Lúcio José Fiorelli, agradeceu a todos os presentes, colocando-se à disposição para dirimir as dúvidas eventualmente suscitadas. Foi registrada a presença dos Vereadores Tito Coló Neto e Tuco Bauab. O Presidente da Audiência Pública, Vereador Fábio Eduardo de Souza, indagou à Imprensa, público em geral, e Edis presentes, se haveria alguma pergunta a ser formulada ao representante do Poder Executivo, oportunidade em que, fizeram uso da palavra, arguindo ao Gerente de Orçamento e Finanças, os Vereadores Tito Coló Neto e Tuco Bauab. Após, o senhor Presidente, Vereador Fábio Eduardo de Souza, novamente indagou aos presentes, se haveria mais algum questionamento, oportunidade em que mais ninguém manifestou interesse em fazer uso da palavra. Finalizando os trabalhos, o senhor Presidente, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a presente Audiência Pública. Determinou a mim, Lucianne Oliveira Pussi, Agente Legislativo, sob a supervisão da Diretora Geral da Câmara Municipal, Camila Rafaela Baroni, a elaboração da Ata para registrar o evento, que será disponibilizada para assinaturas das autoridades do Legislativo, do Executivo e da Mesa composta para direção dos trabalhos, fazendo parte integrante desta toda a documentação supra mencionada, bem como, a lista de presentes e o arquivo audiovisual em DVD com a íntegra da Audiência Pública

.....

.....

.....



Silvia Helena Sorgi
Secretária de Economia e Finanças



Lúcio José Fiorelli
CORRECON - 29.807
Gerente